



UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2005 A ABRIL/2006

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	DESPESA LIQUIDADADA	MAI/2005 A ABRIL/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.942.527
Pessoal Ativo		1.261.094
Pessoal Inativo e Pensionistas		681.433
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		0
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)		358.303
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		2.884
Decorrentes de Decisão Judicial		0
Despesas de Exercícios Anteriores		68.644
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		285.808
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).		967
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) ¹		117.629
Contribuições Patronais		117.629
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II+III)		1.701.853
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		319.027.914
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (IV/V) x 100		0,53
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF) 0,86%		2.743.640
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,82%		2.616.029

FONTE: SIAFI, SCONT/SF e Portaria STN nº 395, de 16 de maio de 2006.

¹ Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal contabilizada de abril a dezembro/2005.

Nota: As contribuições patronais realizadas em 2006 - no montante de R\$ 49.740.565,49 - integram a despesa com pessoal ativo, em cumprimento às disposições contidas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 688/2005.

EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro

PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 26 DE MAIO DE 2006

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no artigo 76 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, bem como na Mensagem nº 404, de 23 de maio de 2006, resolvem:

Art. 1º Ficam indisponíveis para empenho e movimentação financeira os valores constantes do Anexo a esta Portaria, consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União na Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ELLEN GRACIE
Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça

Min. MARCO AURÉLIO
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Min. RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO
Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal

Min. RONALDO LOPES LEAL
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Min. Gen. de Ex. MAX HOERTEL
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. LÉCIO RESENDE DA SILVA
Presidente do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e Territórios

ANEXO

LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL
R\$ 1,00

Órgão	Valor
10.000	Supremo Tribunal Federal 4.421.641
11.000	Superior Tribunal de Justiça 3.693.767
12.000	Justiça Federal 36.094.995

13.000	Justiça Militar	977.349
14.000	Justiça Eleitoral	11.801.020
15.000	Justiça do Trabalho	33.476.055
16.000	Justiça do DF e Territórios	8.364.133
	Total	98.828.960

PORTARIA Nº 85, DE 25 DE MAIO DE 2006

A MINISTRA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 75 da Lei nº 11.138, de 20 de setembro de 2005 e na Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, resolve:

Art. 1º Tornar público o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Supremo Tribunal Federal, constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ELLEN GRACIE

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
(LDO/2006 - Lei nº 11.178, Art. 75 - LOA - Lei nº 11.306)
R\$ 1,00

MESES	Outros Custeios e Capital		Pessoal e Encargos Sociais	
	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado
JANEIRO ¹	10.464.000	10.464.000	20.152.683	20.152.683
FEVEREIRO ¹	10.449.949	20.913.949	13.487.411	33.640.094
MARÇO ¹	10.449.949	31.363.898	13.487.411	47.127.505
ABRIL ¹	10.449.949	41.813.847	13.487.411	60.614.916
MAIO ¹	11.330.619	53.144.466	13.487.411	74.102.327
JUNHO	12.737.978	65.882.444	18.560.741	92.663.068
JULHO	12.034.299	77.916.743	14.502.076	107.165.144
AGOSTO	12.034.299	89.951.042	14.502.076	121.667.220
SETEMBRO	12.034.299	101.985.341	14.502.076	136.169.296
OUTUBRO	12.034.300	114.019.641	14.502.076	150.671.372
NOVEMBRO	12.034.300	126.053.941	14.502.080	165.173.452
DEZEMBRO	12.034.300	138.088.241	13.487.409	178.660.861

1 - Valores já liberados pela STN

PORTARIA Nº 90, DE 26 DE MAIO DE 2006

A MINISTRA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2006, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ELLEN GRACIE

ANEXO I

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2005 A ABRIL/2006

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	DESPESA LIQUIDADADA	MAI/05 A ABR/06
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		178.555
Pessoal Ativo		105.194
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão de Outros da Administração Direta)		5
Demais Despesas com Pessoal Ativo ¹		105.189
Pessoal Inativo e Pensionistas		73.361
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		52.026
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial		5
(-) Despesas de Exercícios Anteriores		21.677
(-) Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados		30.343
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)		9.973
Contribuições Patronais ²		9.973
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE- TDP (IV)= (I - II+III)		136.503
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		319.027.914
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE- TDP sobre a RCL (IV/V)*100		0,042787%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,073726%>		235.207
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - <0,070040%>		223.446

Fonte: SIAFI
Port. 82/2005

¹ O montante de R\$ 4.607.632,38 refere-se à Contribuição Patronal contabilizada como despesa orçamentária.

² Contribuição Patronal contabilizada como repasse financeiro.

CLÊNIO MOREIRA CASTAÑON
Secretário de Administração

JAINÉ MAILDA PENA CIRQUEIRA
Secretária de Controle Interno

SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA
Diretor-Geral

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 29, DE 26 DE MAIO DE 2006

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2006, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ELLEN GRACIE

ANEXO I

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2005 A ABRIL/2006

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	DESPESA LIQUIDADADA	MAI/05 A ABR/06
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		617
Pessoal Ativo		617
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão de Outros da Administração Direta)		-
Demais Despesas com Pessoal Ativo		617
Pessoal Inativo e Pensionistas		-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		104